

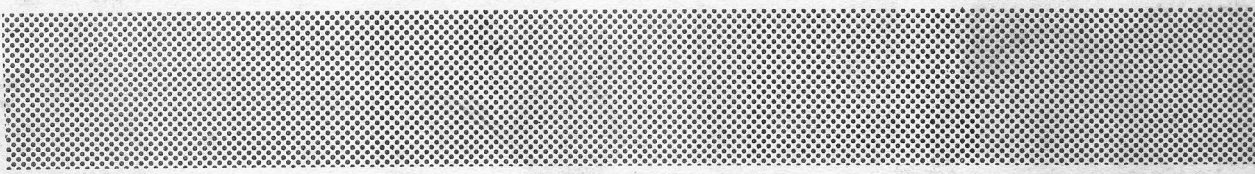
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL Ex. 13.

M46

P2

18

AS BASES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1970



AS BASES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1970

ABRIL 1969

1 - TEXTO

- 1.1 - Diretrizes da política orçamentária para 1970
- 1.2 - Critérios gerais da elaboração das bases
- 1.3 - O déficit orçamentário
- 1.4 - Critérios específicos da previsão de receita
- 1.5 - Critérios específicos da projeção da despesa
- 1.6 - Distribuição da despesa orçamentária

2 - QUADROS

- 2.1 - Síntese do orçamento de 1970
- 2.2 - Evolução da execução orçamentária
- 2.3 - Evolução do déficit
- 2.4 - Evolução do financiamento do déficit
- 2.5 - Evolução da receita
- 2.6 - Estimativa da receita orçamentária
- 2.7 - Receita vinculada
- 2.8 - Receita disponível
- 2.9 - Evolução da despesa
- 2.10 - Distribuição da despesa por órgão (Parcial)
- 2.11 - Distribuição da despesa global

3 - GRÁFICOS

- 3.1 - Evolução da receita e despesa
- 3.2 - Evolução do déficit
- 3.3 - Financiamento do déficit
- 3.4 - Estrutura da receita - 1970
- 3.5 - Evolução da despesa vinculada
- 3.6 - Evolução das despesas correntes e de capital

1.1 Diretrizes da Política Orçamentária para 1970.

A Política Econômica do Governo Federal continuará orientada segundo os objetivos gerais definidos no Programa Estratégico, tais sejam, a aceleração do desenvolvimento econômico, a contenção progressiva da inflação e o aumento da taxa de expansão do emprego.

A importância do papel representado pelo Setor Público na evolução da economia, como fonte de dinamismo para o desenvolvimento, se manifesta através da magnitude dos dispêndios governamentais e sua distribuição regional e setorial, na construção da infra-estrutura econômica e social, e agindo em muitas áreas em caráter pioneiro ou catalizador do desenvolvimento.

Nesse contexto, é fundamental a importância do Orçamento-Programa como instrumento principal de consecução das metas do Programa Estratégico e da orientação e expansão da economia.

Por outro lado, o atendimento simultâneo dos diferentes objetivos da Política Econômica exige a compatibilização do nível de dispêndios e do déficit, de forma a permitir a contenção progressiva do processo inflacionário.

Cumprido, portanto, alcançar uma posição na qual seja evitada

a elevação da carga tributária, que poderia inibir a iniciativa privada, e que mantenha um adequado nível de dispêndios em projetos prioritários, de modo a atingir as metas de desenvolvimento do Programa Estratégico.

O Orçamento Federal vinha sofrendo um expressivo desgaste na sua capacidade de atender de maneira plena seus objetivos devido, notadamente, aos seguintes fatores:

- a transferência maciça de recursos da União para os Estados e Municípios, sem a correspondente transferência de encargos;
- o crescimento rápido dos incentivos fiscais de caráter setorial e regional;
- o crescimento das despesas de custeio.

Preservando a política de incentivos fiscais, o governo vem desenvolvendo considerável esforço na contenção de despesas correntes e quanto ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios procedeu a sua reformulação, de forma a torna-lo compatível com as disponibilidades do Tesouro.

Dentro da orientação de alcançar o realismo orçamentário, são as seguintes as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária de 1970:

- evitar o aumento de alíquotas dos impostos - que trariam repercussões negativas sobre o desempenho do Setor Privado, assim como de pressão quantitativa do setor público sobre o resto da economia;

- expandir as dotações destinadas a investimentos, notadamente nas áreas estratégicas;

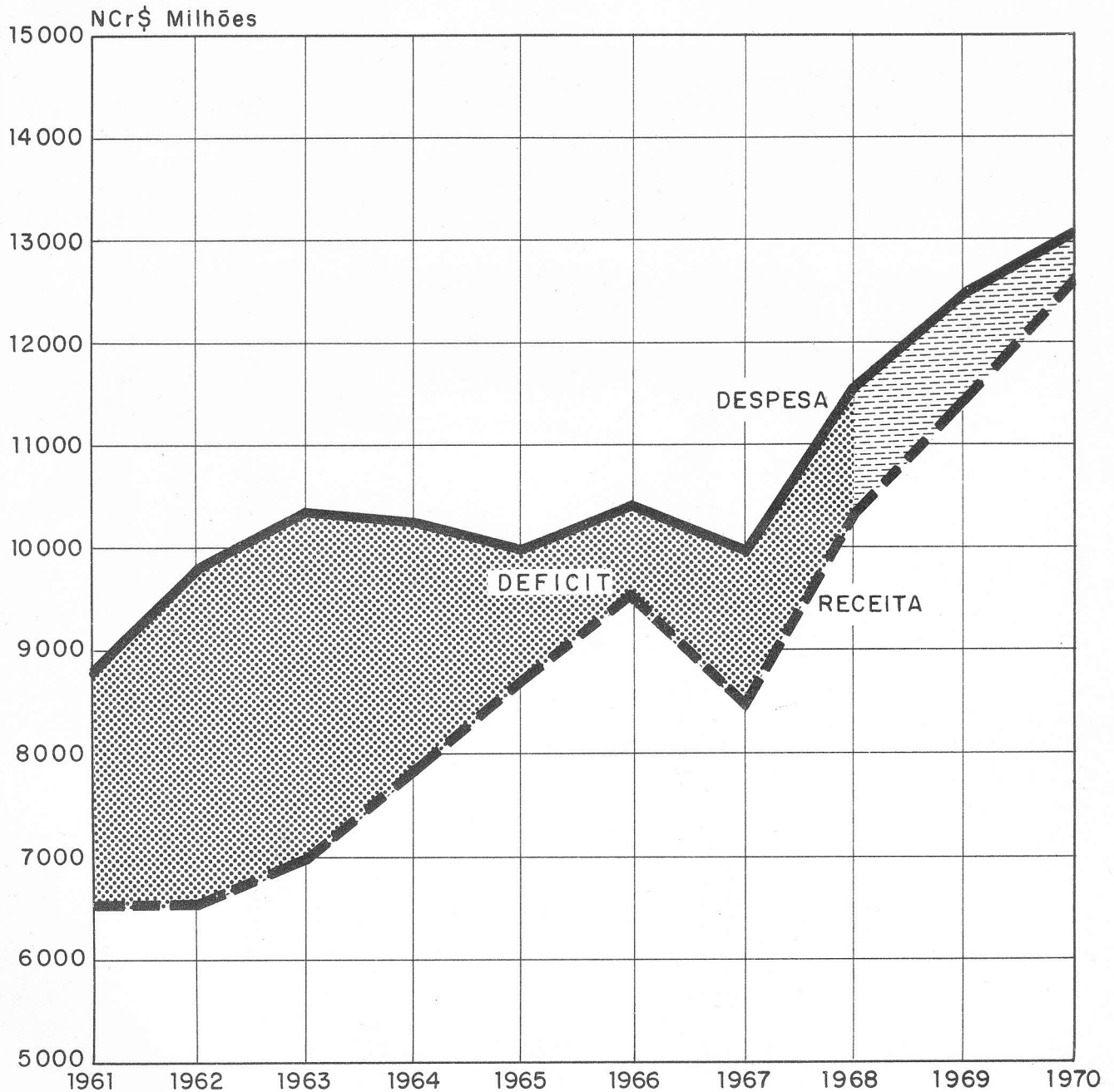
- incluir no orçamento provisão capaz de financiar o aumento do funcionalismo público, previsto para 1970;

- incluir, também, as chamadas despesas extra-orçamentárias do Tesouro, que apareciam apenas na programação financeira.

A previsão realista de receita e a inclusão no corpo do orçamento de todos os dispêndios da União destina-se a possibilitar a compatibilização entre o orçamento, a programação financeira e a execução orçamentária.

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA DE CAIXA

(VALORES DE 1968)



QUADRO 2.1

SÍNTESE DAS BASES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1970

(NCr\$ Milhões Correntes)

<u>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</u>	<u>16 474</u>	<u>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</u>	<u>16 474</u>
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	15 874		
<u>Vinculada</u>	4 439	<u>Vinculada</u>	4 439
<u>Disponível</u>	11 435	Demais Despesas	12 035
		(★) Gerais	9 925
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	600	Fundo R.Orça mentária	1 460
Operações de Crédito	600	(★★) Encargos do Tesouro	650

(★) Incluem as parcelas referentes a recursos para o Censo de 1970, Fundo de Áreas Estratégicas e Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

(★★) Correspondem a recursos para pagamento de juros da dívida pública, comissões ao Banco do Brasil, diferenças de câmbio e dívida externa.

1.2 - CRITÉRIOS GERAIS PARA ELABORAÇÃO DAS BASES

A magnitude da despesa foi condicionada à estimativa preliminar da receita que, por sua vez, está calcada na atual legislação, com as recentes alterações introduzidas por decretos-leis, a partir de dezembro último, particularmente com o objetivo de fortalecer o capital de giro das empresas e conceder certo alívio de carga tributária.

As operações de crédito, incluídas na estimativa preliminar da receita, correspondem a um déficit orçamentário compatível com a política de controle da dívida pública e de redução das emissões.

A distribuição dos recursos disponíveis garante a inclusão, no orçamento, de despesas que anteriormente constavam apenas da programação de caixa e assegura a cada programa taxa de crescimento compatível com a provável evolução dos preços e expansão da economia, tomando-se por base a despesa programada para o corrente exercício.

Esta medida procura evitar os desvios normalmente registrados entre o orçamento, a programação de caixa e a execução orçamentária.

Os objetivos gerais do Programa Estratégico deverão determinar, também, a distribuição interna dos recursos alocados a cada órgão.

QUADRO 2.2

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PERÍODO 1964/ 1970

<u>N Cr\$ Milhões</u> <u>(Preços Correntes)</u>	<u>REALIZADO</u>					<u>PROGRAMADO</u>	<u>PROJEÇÃO</u>
	<u>1964</u>	<u>1965</u>	<u>1966</u>	<u>1967</u>	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
						(*)	(*)
<u>RECEITA</u>	2 240	3 912	5 913	6 814	10 275	13 076	15 874
<u>DEFICIT</u>	700	588	587	1 225	1 227	1 170(**)	600
<u>DESPESA</u>	2 940	4 500	6 500	8 039	11 502	14 246	16 474
DESPESAS CORRENTES	2 323	3 105	4 290	5 044	7 329	9 376	10.609
DESPESAS DE CAPITAL	617	1 395	2 210	2 995	4 173	4 870	5 865
<u>OPERACOES DE FINANCIAMENTO</u>							
DÍVIDA PÚBLICA	(-) 8	323	606	526	148	-	-
DEFICIT RESIDUAL	708	265	191	699	1 078	-	-

(*) A composição do financiamento do déficit será definida na Programação Monetária.

(**) Este valor poderá ser substancialmente reduzido em face de medidas recentes do Governo, entre as quais, as relativas ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

1.3 - O DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

A redução do déficit orçamentário, prevista para 1970, demonstra o objetivo do Governo em reduzir as pressões sobre a caixa das autoridades monetárias e de conter a dívida pública.

Este valor representa 0,5% do Produto Interno Bruto, quando o déficit verificado em 1968 correspondeu a 1,6% e o previsto no orçamento de 1969 a 1,2% do PIB.

O déficit previsto para 1970 revela uma redução, em termos reais, da ordem de 61% em comparação com o observado em 1968, e de 53% em relação ao inicialmente previsto na programação financeira de 1969.

A seguir constam tabelas e gráficos mostrando a evolução do déficit do Tesouro e o seu financiamento.

QUADRO 2.3
EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DO TESOIRO
PERÍODO 1964/1970

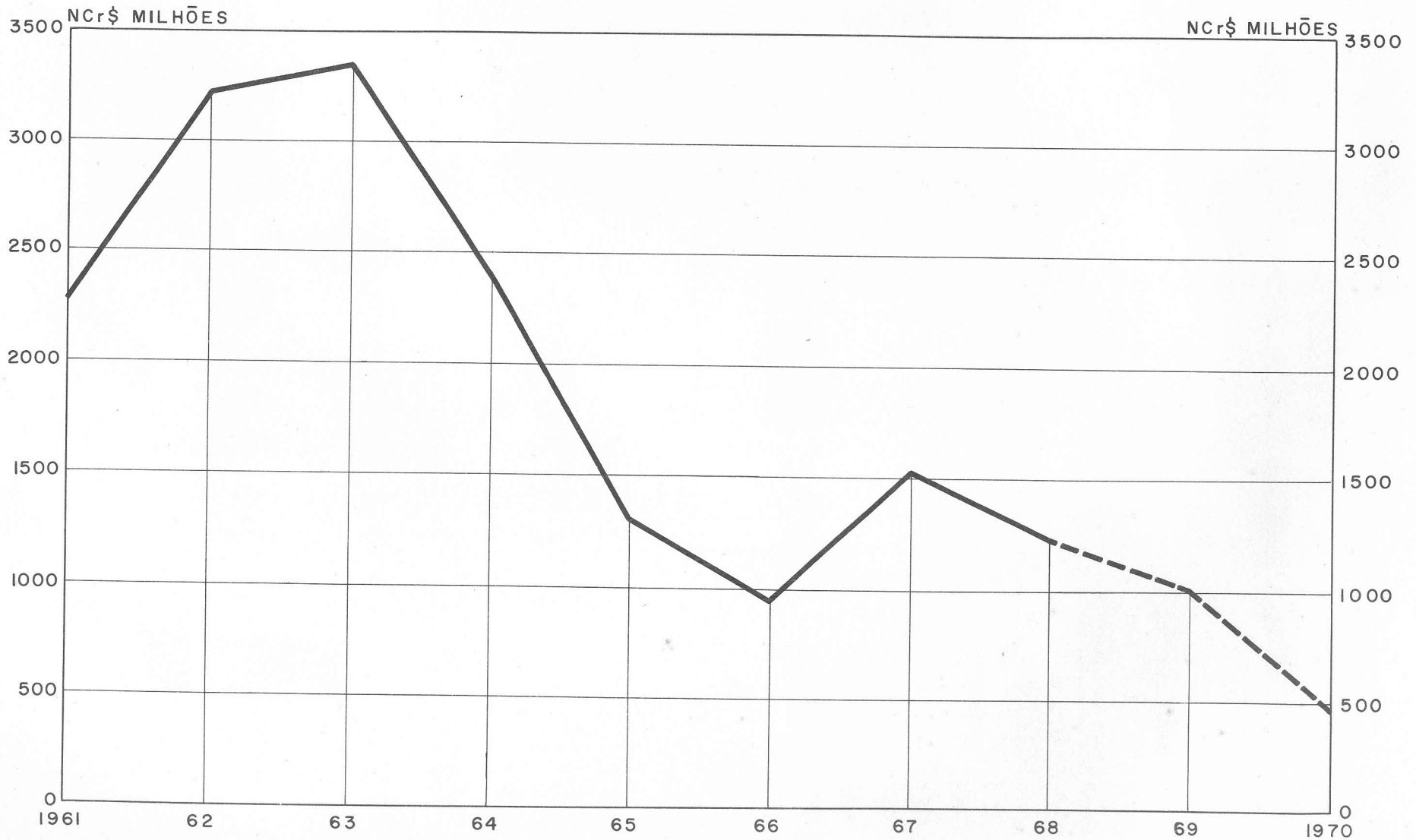
<u>ANO</u>	<u>DEFICIT</u>				<u>INDICES (BASE-1964)</u>
	<u>(PREÇOS CORRENTES)</u>	<u>(PREÇOS DE 1968)</u>	<u>(EM RELAÇÃO A RECEITA)</u>	<u>(EM RELAÇÃO AO PIB)</u>	<u>(PREÇOS DE 1968)</u>
	<u>NCr\$ Milhões</u>		<u>%</u>		<u>%</u>
1964	700,0	2.428,3	31,2	3,7	100
1965	587,9	1.298,1	15,0	1,9	53
1966	586,6	935,6	9,9	1,3	39
1967	1.224,7	1.518,6	18,0	2,1	63
1968	1.226,7	1.226,7	11,9	1,6	51
1969 (★)	1.170,0	1.017,9	8,9	1,2	42
1970 (★ ★)	600,0	474,6	3,8	0,5	19

(★) Orçamento

(★★) Previsão

DÉFICIT DE CAIXA DO TESOUREIRO NACIONAL

VALÔRES DE 1968



QUADRO 2.4

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DE CAIXA E SEU FINANCIAMENTO
(PERÍODO 1961/1970)

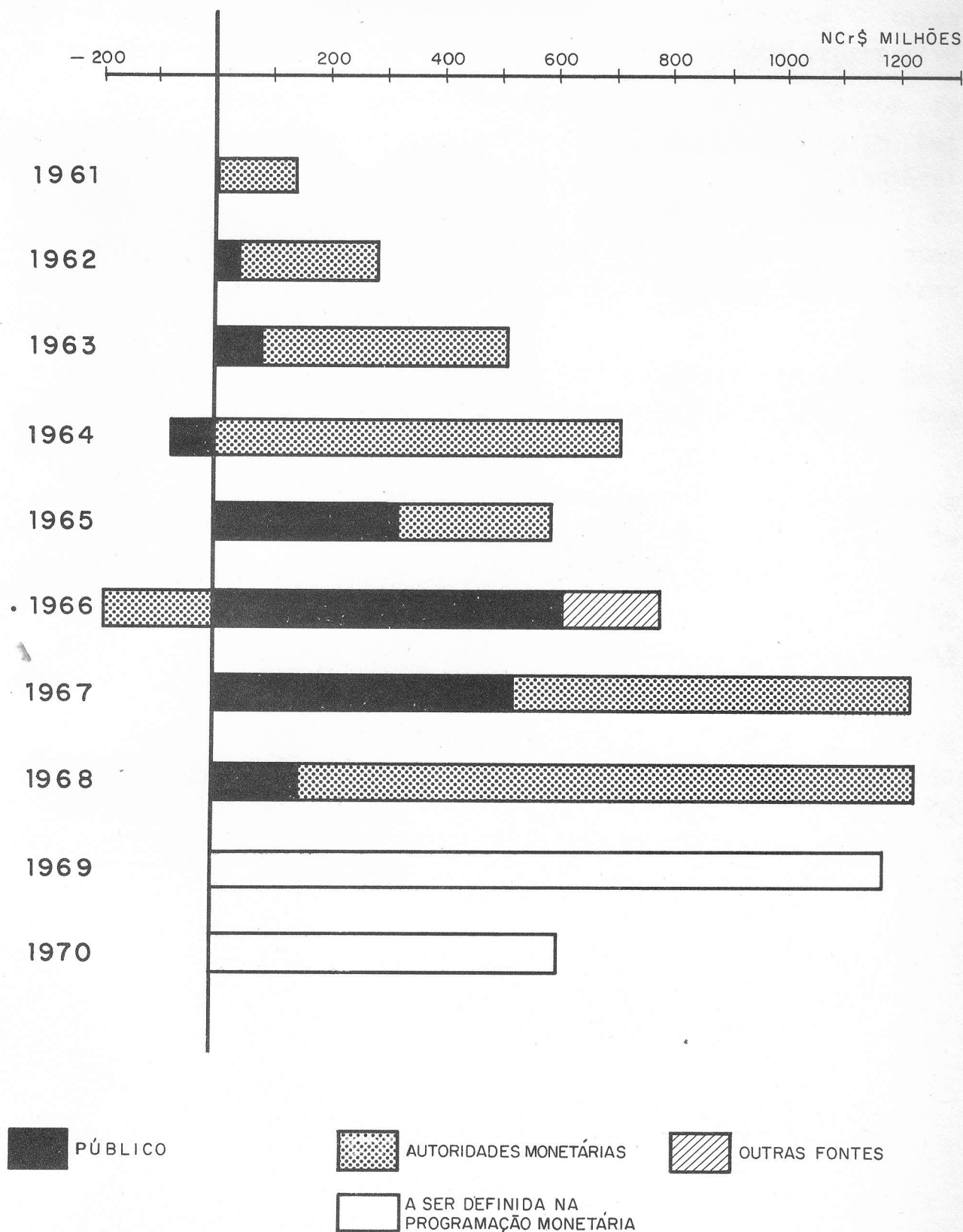
NCr\$ Milhões

<u>ANO</u>	<u>DÉFICIT DE CAIXA</u>	<u>FINANCIAMENTO DO DÉFICIT</u>	
		<u>PÚBLICO</u>	<u>AUTORIDADES MONETÁRIAS</u>
1961	137	2	135
1962	281	34	247
1963	505	78	427
1964	700	(-) 8	708
1965	588	323	265
1966	587	606	(-) 21
1967	1 225	526	699
1968	1 226	148	1 078
1969 (*)	1 170	-	-
1970 (*)	600	-	-

FONTE: BANCO CENTRAL

(*) Financiamento a ser determinado na programação monetária.

A EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DO DÉFICIT (VALORES CORRENTES)



1.4 - CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA PREVISÃO RECEITA

As hipóteses básicas prevêem uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 6% para os anos de 1969 e 1970 e admitem taxas de inflação compatíveis com a política de sua redução progressiva.

Na estimativa do Impôsto de Renda foram considerados os reflexos provenientes dos decretos-leis 401 e 403 recentemente baixados, tais sejam: a incorporação de parcela do lucro tributável para manutenção do capital de giro das emprêsas; a isenção do pagamento de impôsto para a incorporação de reservas efetuadas até Junho de 1969 e a incidência de Impôsto de Renda sôbre letras de câmbio.

O Impôsto sôbre Produtos Industrializados foi estimado desagregando-se a parcela proveniente de produtos de fumo, que representa cêrca de 24% do impôsto.

Na estimativa do Impôsto de Importação levou-se em conta a nova sistemática de reajuste cambial, supondo-se que a taxa de câmbio continuará a acompanhar a evolução dos preços internos; o crescimento das importações previsto no "PED" e uma ligeira alteração na composição das importações em face das limitações impostas a determinadas classes de produtos.

A estimativa do Impôsto Único sôbre Lubrificantes e Combustíveis foi elaborada considerando-se o crescimento ponderado do consumo de seus componentes e a provável variação da taxa de câmbio.

QUADRO 2.5

EVOLUÇÃO DA RECEITA DE CAIXA
PERÍODO 1961/1970

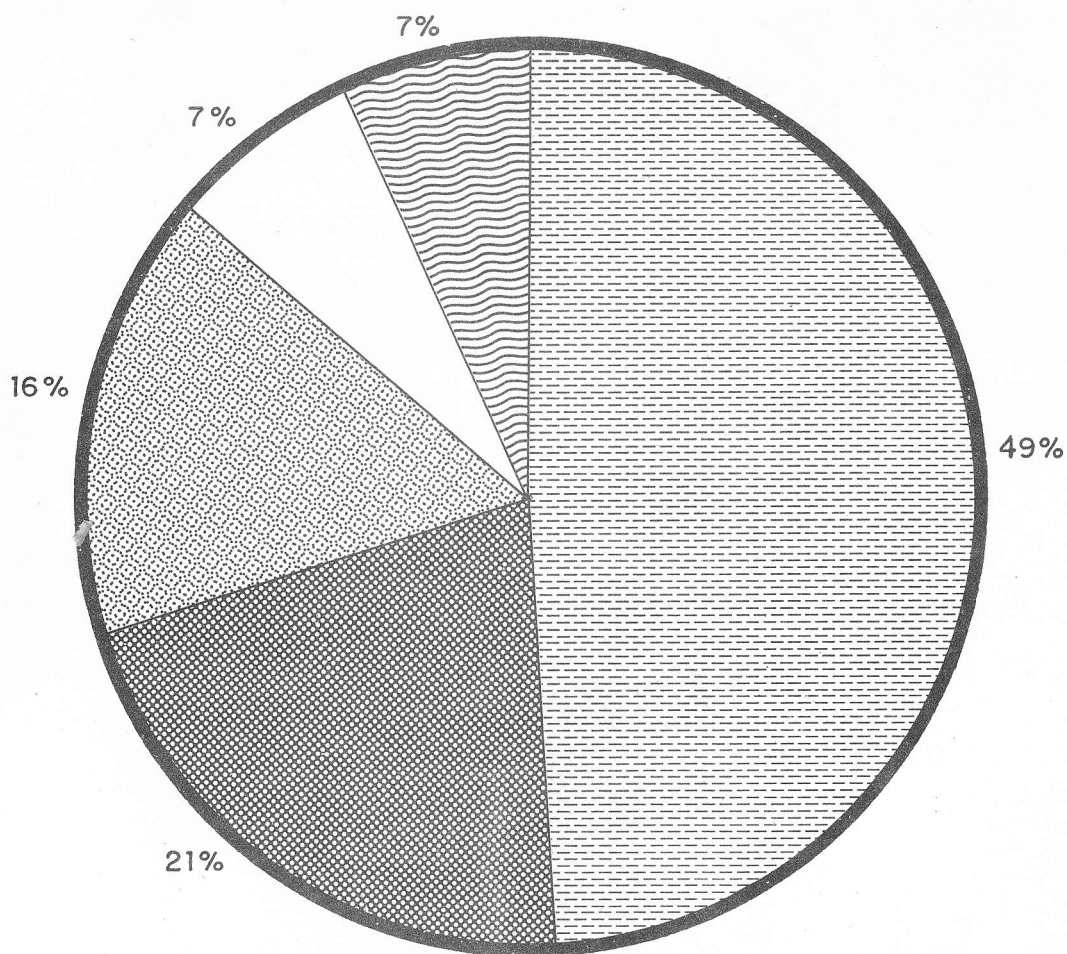
<u>ANO</u>	<u>RECEITA</u>		<u>PERCENTUAL</u> <u>Relação ao PIB</u>	<u>INDICES-BASE 1961</u>	
	<u>(Preços Correntes)</u>	<u>(Preços de 1968)</u>		<u>(Preços de 1968)</u>	<u>(Preços Correntes)</u>
	<u>N Cr\$ milhões</u>			<u>%</u>	
1961	371,4	6 478,7	10,6	100	100
1962	564,9	6 495,8	10,3	100	152
1963	1 051,7	6 958,9	11,0	107	283
1964	2 240,1	7 770,9	11,9	120	603
1965	3 912,3	8 638,4	12,7	133	1 053
1966	5 913,2	9 431,6	13,5	146	1 592
1967	6 814,1	8 449,5	11,5	130	1 835
1968	10 275,4	10 275,4	13,2	159	2 766
1969 (A)	13 076,2	11 376,3	13,8	176	3 521
1970 (AA)	15 874,0	12 556,3	14,3	194	4 274

(A) Arrecadação Prevista






(AA) Bases da Proposta

ESTRUTURA DA RECEITA CORRENTE DA UNIÃO

1970
VALORES CORRENTES



NCr\$ MILHÕES

	IMPÔSTO SÔBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.665
	IMPÔSTO DE RENDA	3.335
	IMPÔSTO SÔBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	2.626
	IMPORTAÇÃO	1.171
	O U T R O S	1.074

QUADRO 2.6
ESTIMATIVA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA
1970

NCr\$ MILHÕES CORRENTES

<u>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>16 474,0</u>
<u>RECEITA CORRENTE</u>		<u>15 874,0</u>
<u>RECEITA TRIBUTÁRIA</u>		<u>15 305,4</u>
Imposto de Importação	1 171,1	
Imposto sobre Produtos Industrializados	7 664,5	
Imposto sobre Renda	3 335,3	
a) Declaração	1 827,8	
b) Fonte	1 507,5	
Imposto Único sobre Minerais do País	55,1	
Imposto Único sobre Energia Elétrica	243,2	
Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos	2 626,0	
Imposto Único sobre Águas Minerais e Industrializadas	2,0	
Imposto Único sobre Transporte Rodoviário	14,4	
Outros Impostos e Taxas	193,8	
<u>RECEITA PATRIMONIAL</u>		<u>30,0</u>
<u>RECEITA INDUSTRIAL</u>		<u>115,8</u>
<u>RECEITAS DIVERSAS</u>		<u>422,8</u>
<u>RECEITAS DE CAPITAL (*)</u>		<u>600,0</u>
Operações de Crédito		<u>600,0</u>

(*) Dada a insignificância das outras Receitas de Capital, foi considerado apenas as operações de crédito.

QUADRO 27

RECEITA VINCULADA

1970

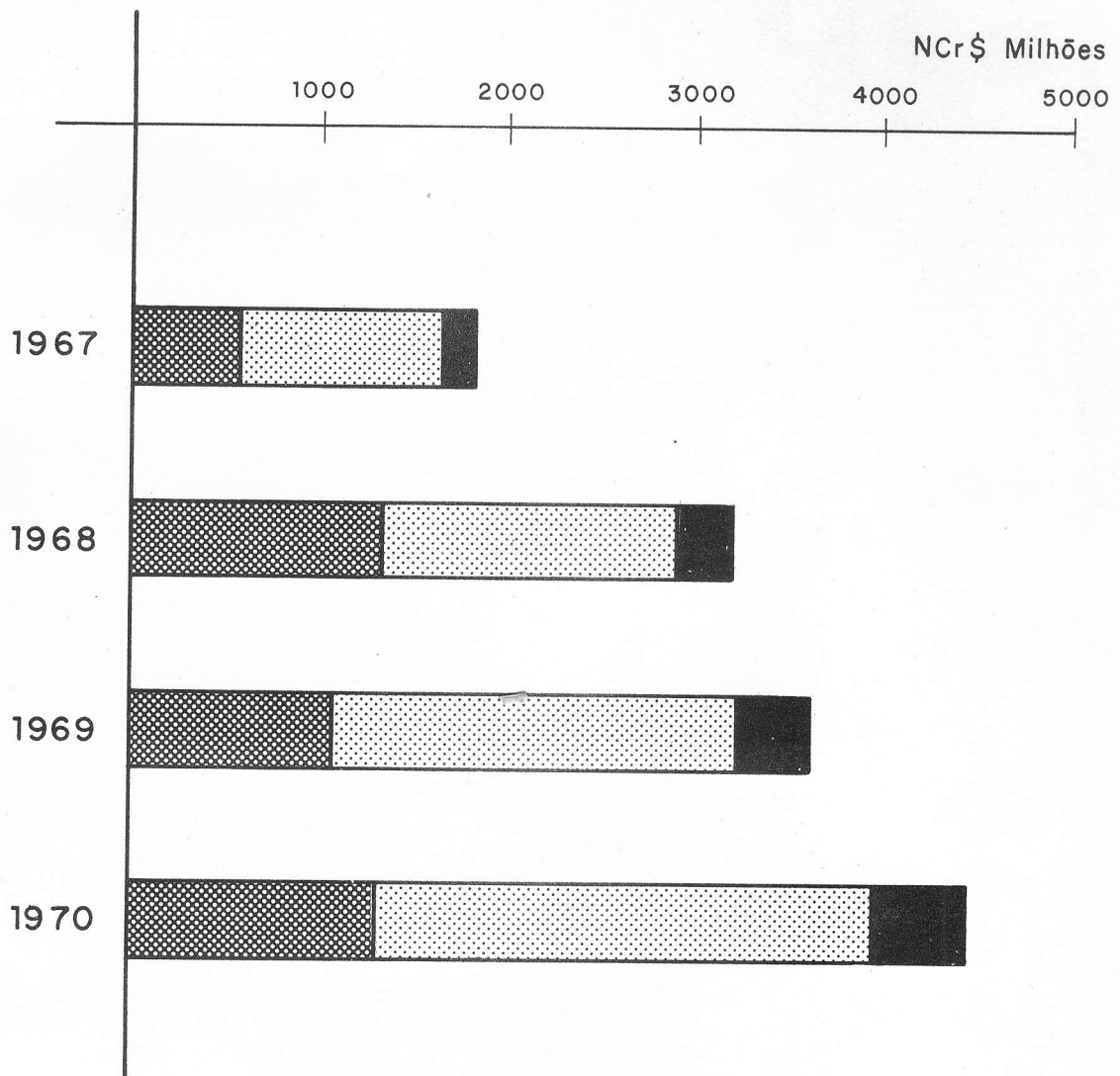
N Cr\$ Milhões Correntes




<u>RECEITA VINCULADA</u>		<u>4.479,0</u>
<u>FUNDO DE PARTICIPAÇÃO ESTADOS E MUNICÍPIOS (MF)</u>	1.320,0	
Estados	550,0	
Municípios	550,0	
Fundo Especial	220,0	
<u>IMPÔSTO ÚNICO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS</u>		<u>2.626,0</u>
M. Aeronáutica	75,1	
Petrobrás (MME)	328,3	
Estados e Municípios (MT)	1.016,8	
Rêde Ferroviária (MT)	210,0	
DNER (MT)	995,8	
<u>IMPÔSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (MME)</u>		<u>243,2</u>
Ministério das Minas e Energia	2,4	
Estados e Municípios	145,9	
Eletrobrás	94,9	
<u>IMPÔSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS DO PAÍS (MME)</u>		<u>55,1</u>
DNPM e CPCAN	5,5	
Estados e Municípios	49,6	
<u>TAXA AEROPORTUÁRIA (MA)</u>		<u>27,2</u>
<u>TAXA FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (MC)</u>		<u>2,8</u>
<u>TAXA RODOVIÁRIA (MT)</u>		<u>52,0</u>
<u>SALÁRIO EDUCAÇÃO (MEC)</u>		<u>112,7</u>

As siglas entre parênteses, indicam a que Ministérios os recursos são vinculados.

EVOLUÇÃO DA RECEITA VINCULADA

PREÇOS CORRENTES



-  FUNDO DE PARTICIPAÇÃO ESTADOS E MUNICÍPIOS
-  IMPOSTO ÚNICO LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS
-  OUTROS

QUADRO 2.8

RECEITA DISPONÍVEL

1970

NCr\$ Milhões Correntes

RECEITA DISPONÍVEL (A)

12 035,0

RECEITA CORRENTE

11 435,0

RECEITA TRIBUTÁRIA

10 979,2

Imposto de Importação

1 171,1

Imposto Sobre Produtos Industrializados

6 744,8

Imposto de Renda

2 935,1

Imposto Único Sobre Águas Minerais

2,0

Imposto Sobre Transporte Rodoviário de Passageiros

14,4

Outros Impostos e Taxas

111,8

RECEITA PATRIMONIAL

30,0

RECEITA INDUSTRIAL

115,8

RECEITAS DIVERSAS

310,0

RECEITAS DE CAPITAL

600,0

Operações de Crédito

600,0

(A) A Receita disponível é constituída pela Receita Orçamentária, deduzindo-se as vinculações definidas por legislação específica.

1.5 - CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA PROJEÇÃO DA DESPESA

O montante global das despesas de pessoal foi definido com base no valor previsto para o dispêndio efetivo em 1969, sem aumento em termos reais.

Está incluído um Fundo de Reserva Orçamentária capaz de financiar a previsão feita para o aumento de civis e militares a se verificar em 1970.

Os limites para as despesas com outros custeios e capital foram determinados, assegurando a cada programa crescimentos não inferiores à taxa de inflação prevista, tomando-se como base a despesa programada para 1969.

Estão incluídos na despesa orçamentária os compromissos do Tesouro que, em sua maioria, só constavam da programação financeira, e que provocavam contenções na execução orçamentária (comissões ao Banco do Brasil, juros da dívida pública, dívida externa e diferenças de câmbio).

QUADRO 2.9

EVOLUÇÃO DA DESPESA

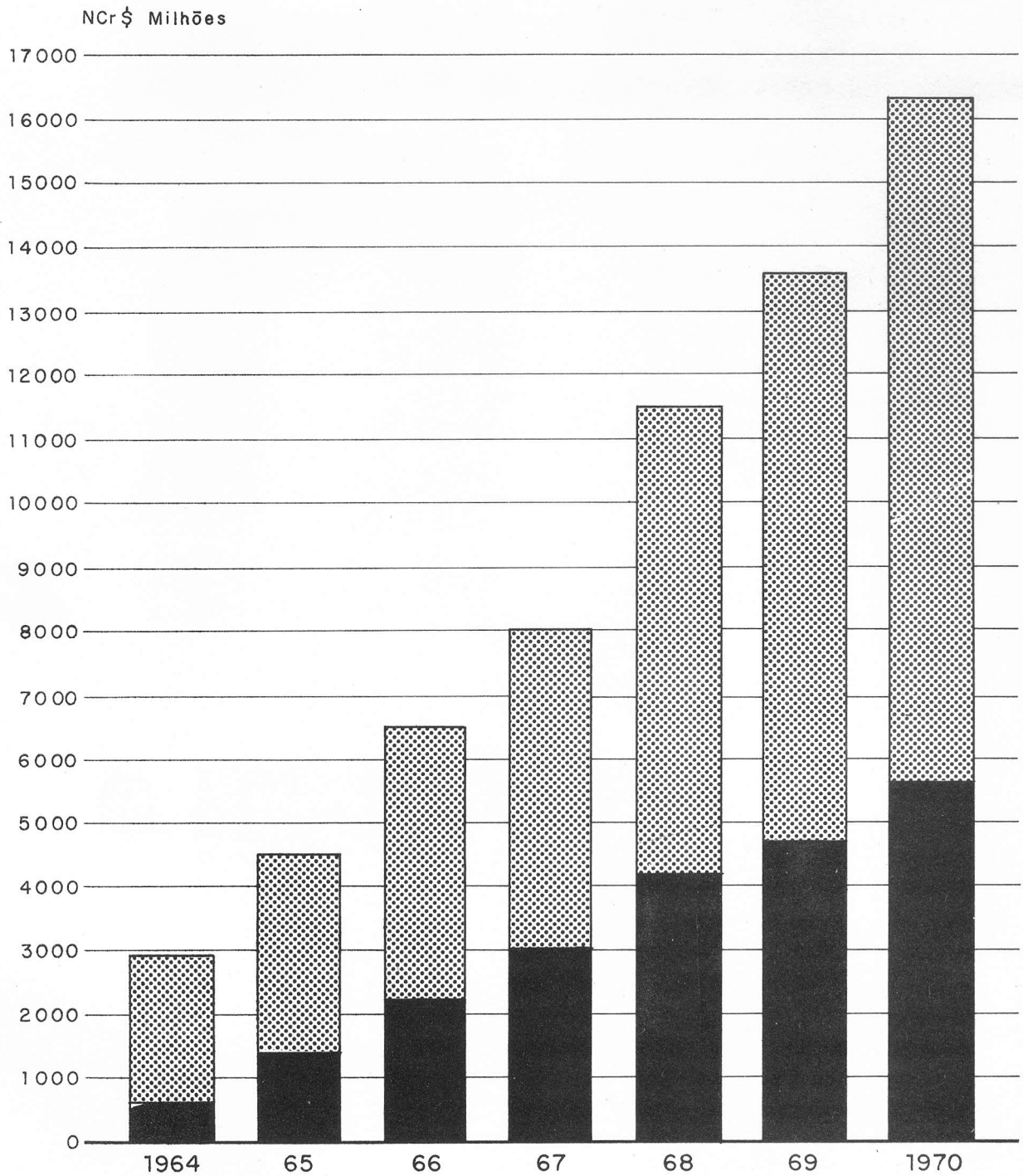
PERÍODO 1961/1970

<u>ANO</u>	<u>DESPESA</u> (PREÇOS CORRENTES)	<u>DESPESA</u> (PREÇOS DE 1968)	<u>PERCENTUAL</u> EM RELAÇÃO AO PIB	<u>INDICES-BASE 1961</u>	
	<u>NCr\$ Milhões</u>			(PREÇOS DE 1968)	(PREÇOS CORRENTES)
				<u>%</u>	
1961	501,8	8 753,4	14,3	100	100
1962	845,8	9 725,9	15,4	111	169
1963	1 555,9	10 300,1	16,2	118	310
1964	2 940,1	10 199,2	15,6	117	586
1965	4 500,2	9 936,4	14,6	114	897
1966	6 499,8	10 367,2	14,8	118	1 295
1967	8 038,8	9 968,1	13,6	114	1 602
1968	11 502,1	11 502,1	14,8	131	2 292
1969 (*)	14 246,0	12 394,0	15,0	142	2 839
1970 (**)	16 474,0	13 030,9	14,9	149	3 283

(*) Execução Financeira Provável

(**) Bases da Proposta

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL PREÇOS CORRENTES



DESPESAS CORRENTES



DESPESAS DE CAPITAL

1.6 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Os quadros a seguir apresentam a distribuição da despesa por órgãos, sendo:

Quadro 2.10 - Despesas de outros custeios e de capital nos exercícios de 1969 e 1970, excluídas as despesas vinculadas.

Quadro 2.11 - Despesa Global

QUADRO 2.10

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ORGAOS

(Exclusive PESSOAL e VINCULAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS)

NCr\$ Milhões Correntes

<u>ORGAOS</u>	<u>1969</u> <u>DESPESA PROGRAMADA</u>	<u>1970</u> <u>NÍVEL FIXADO</u>
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	48,7	55,0
MINISTÉRIO: AERONÁUTICA	178,8	201,9
AGRICULTURA	114,6	131,8
COMUNICAÇÕES	77,4	87,4
EDUCAÇÃO E CULTURA	604,5	719,4
EXÉRCITO	176,9	200,0
FAZENDA (★)	38,8	43,8
FAZENDA - P.D.F.	56,2	63,5
INDÚSTRIA E COMERCIO	14,5	16,4
INTERIOR	333,3	376,3
JUSTIÇA	28,6	32,3
MARINHA	146,8	165,7
MINAS E ENERGIA	109,8	124,0
PLANEJAMENTO (★★)	49,2	55,5
RELAÇÕES EXTERIORES	64,2	72,5
SAÚDE	114,2	128,9
TRABALHO	31,1	35,1
TRANSPORTES	192,8	217,7
	<u>2.380,4</u>	<u>2 727,2</u>

(★) No Ministério da Fazenda estão excluídas as parcelas referentes aos Encargos do Tesouro.

(★★) No Ministério do Planejamento estão excluídas as dotações para o Censo, Fundo de Áreas Estratégicas e Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mas incluídas dotações para o FINEP, CODEBRAS, CONTAP e IBGE.

QUADRO 2.11
DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA GLOBAL

1970

NCr\$ Milhões Correntes

<u>ÓRGÃOS</u>	<u>OUTROS CUSTEIOS e CAPITAL</u>	<u>DESPESA VINCULADA</u>	<u>DESPESA GLOBAL</u>
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	55,0	-	55,0
MINISTERIO: AERONAUTICA	201,9	102,3	304,2
AGRICULTURA	131,8	-	131,8
COMUNICAÇÕES	87,4	2,8	90,2
EDUCAÇÃO	719,4	112,7	832,1
EXERCITO	200,0	-	200,0
FAZENDA	43,8	-	43,8
FAZENDA - P.D.F.	63,5	-	63,5
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	16,4	-	16,4
INTERIOR	376,3	-	376,3
JUSTIÇA	32,3	-	32,3
MARINHA	165,7	-	165,7
MINAS E ENERGIA	124,0	626,6	750,6
PLANEJAMENTO	55,5	-	55,5
RELAÇÕES EXTERIORES	72,5	-	72,5
SAÚDE	128,9	-	128,9
TRABALHO	35,1	-	35,1
TRANSPORTES	217,7	2 274,6	2 492,3
ENCARGOS GERAIS DA UNIAO	650,0	1 320,0	1 970,0
SUB-TOTAL	<u>3 377,2</u>	<u>4 439,0</u>	<u>7 816,2</u>
OUTRAS DOTAÇÕES INCLUSIVE			
<u>DESPESA DE PESSOAL</u>			7 197,8
<u>FUNDO RES. ORÇAMENTARIA</u>			1 460,0
<u>TOTAL</u>			<u>16 474,0</u>